

Sábado, 22, e segunda-feira, 24 de outubro de 1988

• Política

CONSTITUIÇÃO

24 OUT 1988

Delfim lamenta que o presidencialismo tenha sido aprovado

por Isabel Nogueira Batista
de São Paulo

O maior erro da nova Constituição foi não ter aprovado a mudança do sistema de governo do presidencialismo para o parlamentarismo. "A nova Carta deu poderes ao Congresso, mas não lhe transferiu parte da responsabilidade administrativa de governo", declarou na sexta-feira, em São Paulo, o deputado federal pelo PDS, Antônio Delfim Neto, para uma platéia de executivos que lotou o auditório do Maksoud Plaza Hotel, no II Painel de Conjuntura, promovido pela Câmara Júnior Brasil—Japão e patrocinado pelo Banco América do Sul S.A.

Para o ex-ministro da Agricultura, do Planejamento e da Fazenda de alguns governos militares, uma política econômica razoavelmente estável só é possível com o sistema parlamentarista, que estabelece a co-participação do Congresso na tarefa de governar o País.

Medidas duras de combate à inflação, por exemplo, precisam agora ser aprovadas pelo Congresso para serem transformadas em lei, processo este inevitavelmente lento, segundo Delfim. Como a inflação precisa ser combatida "com urgência", a rigor, segundo ele, o Congresso precisaria delegar poderes ao Executivo. Isso, no en-

tanto, dificilmente deverá ocorrer, diz Delfim, já que o decreto-lei acabou de ser extinto.

O deputado federal criticou a atual discussão em torno da auto-aplicabilidade dos dispositivos constitucionais. "Os direitos estabelecidos pela nova Carta são obviamente auto-aplicáveis", afirmou Delfim, ao esclarecer que a lei complementar só poderá acrescentar e não retirar algo determinado pela Constituição.

Para Delfim, é errôneo pensar que os direitos sociais previstos na nova Carta implicam redistribuição de renda da classe empresarial para a classe trabalhadora porque, para tal, seria necessária uma organização econômica "verdadeiramente competitiva". Segundo Delfim, a Constituição reforçou o caráter corporativista e monopolista da sociedade brasileira.

Os custos sociais serão repassados aos preços e depois aos salários dos trabalhadores mais bem organizados na defesa de sua renda contra uma inflação maior. "Os trabalhadores menos organizados vão pagar".

Delfim lamentou que a nova Carta não tenha previsto o voto distrital, com duplo escrutínio, que levaria o País a uma organização partidária mais estável, com poucos partidos.

"Não há erro maior, agora, do que atacar o presidente"

por Marcos Magalhães
de Brasília

Percebendo, de um lado, as tentações criadas junto aos parlamentares pela recém-conquistada liberdade de alterar o projeto de orçamento da União e, do outro, os frequentes apelos da sociedade por cortes no déficit público, o presidente da comissão mista de orçamento do Congresso Nacional, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), socorreu-se de uma citação da obra "A Peste", do escritor Albert Camus, para explicar, ontem, a direção que pretende imprimir ao colegiado.

"Assim como os pacatos habitantes da cidade de Oran, no Norte da África, descritos no livro, se tornaram heróis quando uma peste se abateu sobre eles, acredito ser nosso desafio, quando uma peste financeira abala o País, nos transformarmos também em heróis".

A advertência de Carvalho foi feita apenas um dia depois da visita que fez, a convite da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (ex-Conselho de Segurança Nacional) e acompanhado por uma pequena comitiva de parla-

mentares, às instalações do Ipen e ao Centro Experimental de Aramar, onde conheceu detalhes do programa nuclear brasileiro.

"Está na hora de um grande entendimento nacional", insistiu Cid, ao lembrar que o País precisa atravessar sem traumas a etapa final do processo de transição política. "Não há erro maior do que atacar agora o balão do presidente José Sarney, pois ele só deve pousar no dia da entrega do poder ao seu sucessor. E, quando discutimos a proposta de orçamento, estamos tratando justamente da viabilidade do governo, razão pela qual devemos ter grandeza e evitar extrair da comissão qualquer vantagem de caráter regional ou eleitoral".

PESQUISA NUCLEAR

Na próxima quinta-feira, um grupo de técnicos do CNEN (Conselho Nacional de Energia Nuclear), do Ipen e da Copesc — órgão do ministério da Marinha que desenvolve o projeto do Centro Experimental de Aramar — estará reunido em Brasília, a convite da comissão, para expor aos parlamentares a nova política nuclear brasileira.